

GDF estuda co-gestão em escolas

O governador interino, Guy de Almeida, determinou ontem ao consultor jurídico do GDF, Geraldo Guedes, que estude uma fórmula jurídica que possibilite a implantação em Brasília de escolas em regime de co-gestão, como propõe a Associação de Pais de Alunos. O secretário de Educação, Fábio Bruno, informou que desconhece a idéia de cessão da escola pública da 106 Sul para o desenvolvimento da experiência piloto, como foi noticiado.

A primeira reunião para tratar do assunto foi realizada ontem mesmo. Geraldo Guedes reuniu-se com o presidente da Federação Nacional de Associações de Pais de Alunos, Luiz Cassimiro, e com o secretário Fábio Bruno, a fim de estudar a possibilidade de cessão de terrenos públicos para a construção das escolas.

Cassimiro disse que as duas primeiras escolas deverão ser implantadas no Lago Norte e no Gama. A idéia, explicou, é testar o sistema de administração em co-gestão em duas localidades distintas quanto ao aspecto econômico e cultural. Pela manhã, ele recebeu aval do ministro da Educação, Hugo Napoleão, que demonstrou interesse pelo projeto e anunciou a criação de uma comissão para acompanhar seu desenvolvimento.

O projeto da Associação de Pais de Alunos prevê a construção das escolas, através de financiamento do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, com juros de 2 por cento ao ano e prazos longos de pagamento. Os pais de alunos pagariam os profissionais envolvidos com o cumprimento do currículo que excedesse o programa oficial, já que a idéia é fazer uma escola que funcione em tempo integral.

A construção da escola estaria a cargo de um Conselho Gestor, composto por representantes do MEC, Secretaria de Educação e Associação de Pais de Alunos. Seria também criado o Conselho Pedagógico, formado por professores e pais de alunos, que definiria o perfil curricular. O GDF, além de doar a área, preencheria as vagas do corpo docente e se responsabilizaria por todo o patrimônio da escola.

Luiz Cassimiro disse que a idéia tem tudo para dar certo, não somente pelo apoio do MEC, mas principalmente pelo interesse dos pais. "As despesas que nós teríamos seriam equivalentes a 1/4 do que se gasta em escolas particulares. Assim, seria como pagar menos por uma escola particular", analisou.

O secretário Fábio Bruno considerou a proposta apresentada como "muito boa". Ressalvou, porém, que serão necessários ainda alguns estudos referentes aos aspectos jurídicos. Depois disso, acrescentou, "ainda existem muitos detalhes a serem definidos, antes que o projeto possa ser implementado".

Reposição vai até dia 15

Apesar de terem os salários descontados em 15 dias, os professores da rede oficial de ensino que aderiram à última greve ainda trabalharão até o dia 15 de julho. E para a diretora do Departamento Geral de Pedagogia da Fundação Educacional, Maria Ieda Lopes da Silva, isso não significa reposição de aula, "mas, sim, o cumprimento dos compromissos legais e pedagógicos que o primeiro semestre exige, ou seja, 91 dias letivos".

Maria Ieda explica que julho não é mês de férias, mas de recesso e, assim mesmo, só para o aluno. "Acontece que a prática cultural fez com que o professor também tirasse proveito, apesar de ele estar durante os 30 dias à disposição da empresa". Segundo ela, se o calendário não foi complementado, a FEDF não deve nada ao profissional. "É um ônus que ele mesmo terá que pagar por uma reivindicação ideológica, assim como o que não aderiu à greve também está pagando, sendo discriminado pelos outros".

CASTIGO

A secretária-geral do sindicato dos Professores, Lúcia Ivanow, define a questão como um castigo. "Quem furou a greve do ano passado ganhou até hora extra, numa prova de estímulo à corrupção", desabafa, acrescentando que desta vez a FEDF puniu triplamente os grevistas: "Cortou o ponto durante 15 dias, está obrigando a repor aula e, o pior, sem pagar".

Segundo ela, "não há necessidade de se complementar nada", pois o calendário tem mais de 180 dias de aula: "Tanto que testão liberando quem não aderiu ao movimento mas tamb'em deu aula, porque não havia aluno. Trata-se de um discurso demagógico. Ela afirma que a informação oficial disponível era de que as aulas prosseguiriam até o dia 15. A informação de Lúcia Ivanow não é confirmada por Maria Ieda: "Desde o final da greve, negociamos com o sindicato uma proposta de calendário e eles concordaram que os grevistas deveriam contar com duas semanas de recesso".

A diretora do Departamento Geral de Pedagogia adianta que muitas escolas iniciarão recesso esta semana, "e sem prejuízo das atividades", garante. E que, segundo disse, na maioria das escolas-classes e jardins de infância professores e alunos compareceram durante a greve, significando que, para eles, o recesso será maior. Mas a volta às aulas será no mesmo dia para todos: 1º de agosto.